



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO N° , DE 2019

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o impacto dos grandes empreendimentos de barragens na vida das mulheres.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o impacto dos grandes empreendimentos de barragens na vida das mulheres.

Oportunamente, enviarei sugestões de nomes a serem convidados para a referida audiência.

JUSTIFICAÇÃO

No ano de 2015 o país assistiu estarrecido ao rompimento da barragem da Vale na Bacia do Rio Doce que vitimou a comunidade de Mariana em Minas Gerais, causando danos irreversíveis a população e ao meio ambiente. Em 25 de janeiro do corrente ano, uma nova tragédia criminosa atingiu Brumadinho, vitimando mais de 300 pessoas, sendo 62 mulheres. Além disso, contaminou a bacia do Rio Paraopeba e chegará na Bacia do Rio São Francisco, comprometendo o abastecimento de água, produção de alimentos e por consequência a fonte de renda de milhares de famílias na região com dimensões ainda incalculáveis sobre a Bacia do Rio São Francisco.

É sabido que os grandes empreendimentos de barragens atingem as mulheres de forma particularmente grave e são elas que enfrentam maiores obstáculos na recomposição de seus meios e modos de vida, consideradas todas as desigualdades de classe e das relações de gênero. A situação é agravada nesse caso específico, pois elas ainda precisam enfrentar as violações dos direitos causados pela construção das

barragens. Essas violações foram confirmadas pela primeira vez em relatório do Conselho nacional dos Direitos Humanos, em dezembro de 2010, à época Conselho de defesa e Direitos da Pessoa Humana.

Na análise das mulheres do Movimento dos Atingidos e das Atingidas por Barragens (MAB), o modelo de sociedade e o modelo energético são as bases estruturantes para a violação de direitos das mulheres da classe trabalhadora e, nesse caso, das mulheres atingidas por barragens. Em dezembro de 2018 o MAB produziu o dossiê “A Violência contra as mulheres no contexto da UHE Belo Monte”, elaborado com o propósito de analisar a relação entre o empreendimento e o aumento da violência contra mulher em Altamira (PA) e região no período da construção e operação da usina. Nos relatos das mulheres para o dossiê, as violências são cotidianas e todas afirmam se sentirem mais inseguras após a existência da barragem que vem intensificar o quadro de marginalização das mulheres, constituindo-as num grupo de grande vulnerabilidade social.

As mulheres atingidas por barragens tem sido as grandes propulsoras do processo de reconstrução das comunidades após as violações e é preciso dar voz e visibilidade para suas iniciativas e necessidades, constituindo e assegurando espaços de escuta nas instituições públicas para a construção conjunta de políticas públicas que assegurem seus direitos e das suas comunidades.

Considerando os dados apresentados e a responsabilidade desta Casa Legislativa em debater, elaborar políticas públicas e dispositivos legais que deem conta de assegurar os direitos das mulheres e das famílias atingidas por barragens, proponho a realização desta Audiência Pública.

Diante do exposto, conto com o apoio das (os) nobres parlamentares para a aprovação desse requerimento.

Sala das Comissões, de março de 2019.

ERIKA KOKAY

Deputada Federal/PT – DF